

EDITORIAL

Pode parecer um jargão, mas é forçoso reconhecer que os desafios que se apresentam para o ensino de História hoje são vários e complexos. Eles provêm de ameaças concretas de censura aos professores que atuam na Educação Básica e Superior, oriundos de projetos de lei que pretendem controlar os conteúdos do ensino, as práticas docentes, e até criminalizar determinadas atuações pedagógicas. Eles advêm de políticas educacionais que visam estabelecer padrões estritos de vigilância sobre o desenvolvimento curricular, controlando a efetivação do currículo em sala de aula por meio de dispositivos de supervisão pedagógica, exames e avaliações externas, e a imposição do uso pelos docentes de materiais estruturados de ensino impressos e em plataformas digitais.

Nesse contexto, tensionado pelas contradições e acirramentos provocados pela nova coalizão política que se instalou forçosamente no país impondo uma agenda de “reformas”, o ensino de História torna-se um território em disputa crescente. Vivemos, segundo alguns, uma nova era da circulação de informações por redes sociais e da produção da memória histórica. Estes novos tempos são chamados de “era da pós-verdade”, ou mesmo “era do engano e da mentira”. Trata-se de um neologismo que busca explicar como se produzem, se difundem e proliferam com velocidade absurda, nas redes sociais, inúmeras notícias, boatos e crenças falsas ou manipuladas sobre instituições, grupos sociais e pessoas.

Segundo Juan Soto Ivars (2017) também vivemos um novo fenômeno, a “Pós-censura”, que surge da alienação das redes sociais, da crise de credibilidade da imprensa, e de uma estranha combinação do politicamente correto com estratégias de guerra cultural. Para Ivars a Pós-censura destrói a possibilidade de debates racionais e, mais grave, provoca linchamentos da reputação entre insultos e provocações.

Um dos aspectos mais sombrios e perigosos destes tempos resulta do fato de que hoje a tecnologia permite a manipulação digital de qualquer documento,

de tal forma que a autenticidade dos documentos pode ou deve ser colocada sempre sob suspeita. Isso não é novidade para os historiadores, e até por isso, sua presença e função social torna-se ainda mais relevante.

Por isso, saudamos que este número coloque em foco propostas e desafios nos usos de documentos históricos em sala de aula. O dossiê organizado pelos professores Jorge Victor de Araújo Souza (UFRJ) e Gabriel de Carvalho G. Castanho (UFRJ) dialoga com a temática expondo as complexas questões que envolvem o uso de documentos na sala de aula sob uma diversidade de perspectivas e abordagens que trazem em comum a preocupação de desvendar procedimentos do fazer historiográfico, promover desafios cognitivos sobre a produção do conhecimento histórico e potencializar a compreensão de experiências do passado.

Completam este número importantes artigos sobre o livro didático, questões de gênero, e usos públicos da História. Em seu artigo, intitulado “‘Scenas da História do Brasil’: Esmeralda Masson de Azevedo e a escrita de livros escolares de História para crianças”, Magno Francisco de Jesus Santos discute a escrita de livros escolares de história para crianças. Nucia Alexandra Silva de Oliveira discorre sobre as relações entre questões de gênero e o ensino de História a partir de observações e análises apoiadas nos dados do Projeto “Os Jovens e a História”. Por fim, os usos públicos da história desde as origens do debate e seus desdobramentos transnacionais são apresentados em instigante texto de Ana Lima Kallás.

Contribuir para o debate público tratando de temas urgentes, colaborar para a formação de professores e concorrer para o desenvolvimento de pesquisas sobre o ensino de História, tal é o escopo de nossa revista. E assim seguiremos.

Paulo Eduardo Dias de Mello
Editor
Ponta Grossa, setembro de 2017.

REFERÊNCIA

IVARS, Juan Soto. De la posverdad a la poscensura: obsesionados con no ofender. 2017. Disponível em: <http://www.elmundo.es/papel/historias/2017/04/30/5901ea48268e3e2c078b45c3.html>; Acesso em: 26 ago. 2017.